



Universidade Federal  
de Campina Grande

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COORDENAÇÃO DE PROJETO**

**DECLARAÇÃO**

O regime de empreitada escolhido para a execução contratual do “**Conclusão da Reforma do Laboratório de Física - Bloco CY - Campus de Campina Grande - PB**” foi a empreitada por preço unitário, pois é a que melhor se adequa às características do objeto, pois a contratação da execução da obra ou serviço é realizada por preço certo de unidades determinadas, sendo empregada com mais frequência em projetos de reforma de edificações, cujas quantidades dos serviços e dos materiais relativos às parcelas de maior relevância e de valor significativo não são definidas de forma exata no ato convocatório, podendo haver alterações nos quantitativos finais contratados, de modo a se adequar com maior precisão a realidade e necessidade a executar.

Assim, o pagamento deve ser efetuado de acordo com a medição dos serviços efetivamente realizados em cada período, geralmente em cada mês. Neste tipo de contratação, caso a fiscalização do contrato constata que as quantidades necessárias para finalização do serviço sejam diferentes do que o previsto inicialmente, a situação se resolve de forma pacífica com a celebração de termo aditivo.

Em decorrência da ausência do risco de variação de quantitativos para a empreiteira, o contrato celebrado no regime de preços unitários pode ter um preço final ligeiramente menor, tendo em vista a minoração dos riscos atribuídos a ambas as partes, refletindo diretamente no cálculo do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) cuja é parcela obrigatória na composição do preço final da obra.

Outro fato a destacar, é a relação da escolha da empreitada com a estrutura de fiscalização do órgão contratante, como a Universidade Federal de Campina Grande possui setor específico e profissionais habilitados permanentes do quadro (Engenheiros e Arquitetos) para a realização de atividades de fiscalização técnica, torna-se importante o aproveitamento destes recursos humanos na atuação mais detalhada e minuciosa para aferir precisamente as quantidades empregadas, podendo gerar economia para a Administração.

---

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA



# Universidade Federal de Campina Grande

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG PREFEITURA UNIVERSITÁRIA COORDENAÇÃO DE PROJETO

Quanto a classificação da obra a em serviço comum de engenharia (cabível a adoção do pregão) ou obra de engenharia (vetado a adoção de pregão) vejamos o que diz a jurisprudência:

A Lei do 10.520/2002, com vistas a viabilizar a contratação de serviço comum de engenharia na modalidade pregão estabelece que:

*“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.  
Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.” (Lei 10.520/2002)*

Já o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) tem o seguinte entendimento:

*“...serviços que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a obrigatoriedade de emissão da devida ART perante o Crea, tais como projetos, consultoria, fiscalização, supervisão e perícias, jamais poderão ser classificados como comuns, dada a sua natureza intelectual, científica e técnica, fatores que resultam em ampla complexidade executiva, exigindo portanto profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições, conforme também detalha o art. 13 da Lei 8.666, de 1993, não se admitindo a sua contratação pela modalidade Pregão”.(Decisão plenário n. 2467/2012/CONFEA)*

A AGU em seu parecer n. 00051/2019/DECOR/CGU/AGU estabelece que:

*“32 . Outrossim, embora sejam legítimos os interesses corporativos do CONFEA e suas preocupações, não lhes compete diferenciar o que vem a ser serviços comuns e serviços incomuns, para admitir ou restringir a adoção de uma modalidade licitatória. Muito menos, possui o CONFEA competência para interferir no Poder Normativo do Executivo Federal, disciplinando o conceito de serviço comum ou, ao arrepio do Decreto Federal, restringir sua aplicação de forma generalizada. Admitir a restrição proposta pelo CONFEA significaria admitir uma usurpação das competências constitucionalmente estabelecidas ao Chefe do Poder Executivo Federal (Parecer n. 00051/2019/DECOR/CGU/AGU)”*

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG**  
**PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**  
**COORDENAÇÃO DE PROJETO**

Assim, conforme entendimento da AGU as Resoluções, do CONFEA não deve nem pode produzir efeitos restritivos em relação à compreensão do agente público competente acerca do enquadramento de um determinado serviço de engenharia como serviços comum.

Por fim a Decisão TCU nº 557/2002 – Plenário, da Decisão TCU nº 674/2002 – Plenário e, por fim, da Súmula TCU nº 222. Estabelecem que:

*“Não é o simples fato da presença de algum dos profissionais acima mencionados que qualifica a obra ou o serviço como de engenharia. Pelo contrário, a presença constante e significativa desses profissionais, especialmente do ponto de vista do gerenciamento e da complexidade operacional, é fato imprescindível à classificação do empreendimento que depende mais dos termos fixados no objeto do contrato do que da denominação que venha a ser utilizada, de modo que contratos que venham a receber o mesmo título, ex.: manutenção predial, podem ser considerados, ou não, obras ou serviços de engenharia” (Plenário, da Decisão TCU nº 674/2002 – Plenário e, por fim, da Súmula TCU nº 222) Apud (AGU, 2014, p. 8)*

A lei 8.666/1993 define Art. 6º, incisos I e II define o que é o que é obra de engenharia e serviço de engenharia.

*“I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;  
II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;” (lei 8.666/1993).*

Segundo AGU (2014)<sup>1</sup> o conceito de obra não tem o contorno bem definido no direito, pode-se dizer que obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente. A ideia de novidade deve dirigir o conteúdo do conceito, a fim de adaptar-se à exemplificação legal de que obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta. Além do que preconiza a lei a definição de obra de engenharia e serviço comum de engenharia, deve-se ater as

---

<sup>1</sup> ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (Brasil). **Manual de obras e serviços de engenharia**: Fundamentos de licitação e contratação. Brasília: AGU, 2014. 139 p.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
COORDENAÇÃO DE PROJETO**

especificidades do projeto e a robustez dos elementos processuais, para a tomada de decisão, ainda nesta temática a AGU faz a seguinte ponderação:

*“As dificuldades surgem do fato de que nem toda construção, ou reforma, ou fabricação, ou recuperação, ou ampliação – tomadas em conceituação ampla – podem ser consideradas “obras” no sentido legal estrito. Exemplifica-se: a contratação da entrega funcional de um aparelho industrial ainda não existente no mercado configura-se a fabricação prevista no art. 6º, I da LLC, entretanto a reprodução em série de modelo derivado de projeto já existente configura, em tese, contrato de fornecimento, o qual se ajusta ao modelo de compra. De igual modo, o “levantamento” de paredes internas sem alteração do layout e em substituição às já existentes, não configura o caso de reforma, o que ocorrerá caso se configure a alteração do espaço inicial do imóvel com a incorporação de coisa ou funcionalidade substancial nova. Aí há a diferenciação entre reforma (obra) e reparação como serviço de manutenção de imóveis, de modo que o mesmo raciocínio é válido para a ampliação”. (AGU, 2014, p. 9)<sup>1</sup>*

A fim de trazer segurança jurídica a AGU através do parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU e propõe a seguinte solução (Item 83.4):

- a. Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;
- b. Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;

Diante do acima exposto, parecem necessárias a sedimentação das seguintes conclusões:

1. Considerando individualmente os itens da planilha orçamentária verifica-se seus padrões de desempenho e qualidade foram bem definidos de modo objetivo, usando especificações usuais de mercado, portanto o pré-requisito do art. 1º da Lei do 10.520/2002 foram atendidos.
2. Considerando o objeto da licitação **“Conclusão da Reforma do Laboratório de Física - Bloco CY - Campus de Campina Grande - PB”**. Constata-se que haverá implantação de sistema de prevenção e combate a incêndio, composto por hidrantes, só este sistema, demandará a implantação de rede hidráulica composta por tubos e conexões em aço galvanizado e automação das bombas de recalque, além da implantação de instalações elétricas independentes para atender a bomba, será imantada instalações elétricas para a iluminação de emergência. Se for analisado apenas este parâmetro isolado conforme a lei 8.666/1993, a licitação seria configurada



# Universidade Federal de Campina Grande

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG PREFEITURA UNIVERSITÁRIA COORDENAÇÃO DE PROJETO

na modalidade **obra de engenharia**, pois se trata de uma alteração na estrutura existente.

3. Diante do exposto, a situação apresentada, não está dentro da zona de plena certeza jurídica, por tanto recomenda-se que a licitação seja realizada na modalidade **de obras de engenharia**, salvo melhor entendimento.

Campina Grande, 25 de março de 2021

Emmanuel Eduardo Vitorino de Farias  
Engº Civil – CREA: 2784/06 – PB  
SIAPE: 1920265

João Helder Gonzaga Muniz da Silva  
Engº Eletricista – CREA: 1611548209  
SIAP: 2000331

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA